

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Ata da Audiência Pública para manifestações e sugestões da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022, promovida pela Prefeitura Municipal de Pirassununga, atendendo aos termos do parágrafo nº 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos 22 dias do mês de abril de 2021, às 09:30 no Centro de Convenções, teve início a presente audiência, para o qual foram convidados os munícipes em geral, com a expedição de convites no circular Jornal Regional da Cidade, edição de abril de 2021. Estiveram presentes neste ato os Secretários de Finanças Sr. Luiz Carlos Montagnero Filho, o Sr. Secretário de Agricultura Júlio Juliano Balducci Júnior, o Secretário de Educação Paulo Eduardo Caetano Rosa, a Sr^a Assessora da Secretaria de Educação Sara Zero dos Santos, a Sr^a Assessora da Promoção Social Márcia Tim, as Vereadoras Luciana Batista e Sandra Valéria Vadalá Muller, o Vereador Wellington Luiz Cintra de Oliveira, o Diretor Financeiro da Câmara Municipal de Pirassununga Aparecido Donizetti Nunes, a Chefe da Seção de Contabilidade Mara Lúcia Longo, a Contadora do Município Vanessa Hernandes Martins, a Assessora da Cultura Ana Lúcia de Souza Pelais. O Secretário de Finanças, Luiz Carlos Montagnero Filho abriu a audiência agradecendo a todos os presentes e explanando sobre a audiência pública da LDO. Mencionou que essa audiência significa o cumprimento da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Disse ainda que a audiência é de suma importância para a reunião daqueles que atuam trabalhando para a cidade e também para os cidadãos, pois ambos devem construir as coisas do Município, do Estado e do País, é a vontade popular envolta pela democracia, a união entre governo e populares, é a fonte de vontade para o desenvolvimento dos entes estatais e do país como um todo, entretanto o povo brasileiro não tem o costume de participar das audiências, assim os Governos tentam criar válvulas de escape para ampliar a participação popular. Por isso, existe no Município de Pirassununga uma comissão formada a fim de trabalhar de acordo com as regras exigidas pela Organização das Nações Unidas. Dessa forma a comissão é formada por representantes de todas as Secretarias Município de Pirassununga. O Secretário de Finanças disse que a Organização das Nações Unidas estabeleceu a redução da pobreza no mundo e por isso, quando da elaboração dos orçamentos os entes políticos deverão se formar em comissões com o máximo de integrantes do governo. O Secretário de Finanças falou sobre a LDO, disse que a Lei de Diretrizes Orçamentárias prioriza os programas de governo para o próximo exercício, ou seja, ela prioriza o que será realizado na próxima LOA - Lei Orçamentária Anual que por sua vez prioriza o que foi estabelecido no PPA – Plano Plurianual. O Sr. Luiz Carlos Montagnero disse que durante a eleição foi proposto um Plano de Governo pelo Prefeito e que esse plano deverá ser cumprido por uma questão legal, ética e moral. Ele não é um plano engessado e pode ser implementado por parte dos Secretários, participantes do governo e também pela população com o intuito de sanar as necessidades do Município assim como promover o seu desenvolvimento. Assim, o Secretário de Finanças abriu para sugestões de todos os presentes e pediu que todos informem sobre as prioridades do Município que enxergam, assim como soluções que não estão contempladas no atual Plano de Governo do Prefeito Milton Dimas Tadeu Urban. A primeira a falar foi a Vereadora Sandra Valéria Vadalá Muller que discorreu sobre a


importância de trazer as comissões do Plano Diretor para a realidade do Orçamento, disse ainda que ao conversar com o Secretário de Planejamento, foram vislumbradas as prioridades do Município a serem incluídas no Plano Diretor. O Diretor da Câmara Municipal, Aparecido Donizetti Nunes falou sobre a dificuldade que atualmente a Câmara Municipal enfrenta no comércio com as compras e aquisições de serviços, ele disse que o comércio local entende que a Câmara Municipal é sinônimo de Prefeitura e que a inadimplência da Prefeitura na praça atinge a Câmara, pois o comércio de Pirassununga não está vendendo para a Câmara. Assim, as ações da Câmara estão cheias de obstáculos. O Diretor disse que utiliza o próprio dinheiro para antecipar transações, disse ainda que a Câmara tem sempre condições de saldar os seus compromissos, mas diante do comércio municipal não é bem-vista. Aparecido Donizetti Nunes falou sobre a conjuntura econômica e disse que não via boas perspectivas financeiras para o futuro. O Secretário de Finanças acalentou o Diretor Financeiro da Câmara dizendo que os melhores economistas não conseguem fazer previsões com precisão no mundo atual devido a pandemia do covid 19. O Secretário de Finanças disse ainda que a pandemia trouxe queda na arrecadação mas em contrapartida trouxe a redução de alguns serviços como gastos com transportes, com jogos de futebol e com jogos regionais municipais. O Secretário de Finanças explicou que o orçamento do exercício de 2020 foi elaborado com a perspectiva de que em janeiro e fevereiro de 2021 a situação econômica estaria normal. Entretanto, houve a nova cepa do covid 19, fato que retraiu novamente a economia. Devido a retração, as despesas que haviam sido previstas em 2020 pra execução em 2021 não foram alocadas e por isso foram contingenciadas, assim os recursos de fonte 01 foram utilizados para realizar pagamentos pendentes, o que tornou a Prefeitura Municipal de Pirassununga adimplente. Luiz Carlos Montagnero Filho disse ao o Diretor Financeiro da Câmara Municipal que todos propaguem ao comércio local que hoje a Prefeitura é uma excelente pagadora, Atualmente, pode-se com tranquilidade fornecer bens e prestar serviços à Prefeitura e à Câmara também. O Vereador Paulo Rosa disse que o Governo tem de ter muita responsabilidade na alocação dos recursos e que não deve se dedicar a novas construções de obras, pois deve fazer funcionar equipando e investindo nos imóveis que já estão construídos e assim, privilegiar fazendo funcionar com eficiência e eficácia a estrutura que está pronta. Disse ainda que no período de vinte anos muito foi construído no Município e que foi necessário, mas agora o planejamento e a ação devem ser diferentes, pois as necessidades mudaram e a Prefeitura não tem mais condições de construir creches, postinhos e outras obras. A Chefe da Seção de Contabilidade, Mara Lúcia Longo ratificou o problema mencionado pelo Vereador Paulo Rosa e falou que é desnecessária a construção de quadras poliesportivas, pois elas ficam sem iluminação, bandidos frequentam as quadras e, ao invés de lazer, são criados mais problemas para a população. A Chefe da Seção de Contabilidade disse ainda que tudo deve ser colocado na ponta do lápis e ser pesado antes de realizar os projetos de construção. O Vereador Paulo Rosa disse que recebe por mês 190 pedidos para colocar as crianças na creche. Disse que não falta espaço, mas faltam funcionários para trabalhar. Frisou o fato de se usar a racionalização para alocar melhor os funcionários em todas as unidades da Prefeitura, pois hoje a Prefeitura não está suportando arcar com as próprias atividades, principalmente devido a falta de infraestrutura de equipamentos e de recursos humanos. Disse ainda, que é de extrema necessidade discutir nas Comissões Orçamentárias os novos desafios do planejamento para a Administração Pública. A Vereadora Sandra Vadalá disse que ao assumir o cargo de vereadora foi verificar os problemas da administração e se deparou com o problema dos precatórios que intitulou como um câncer enraizado no Município. Ela verificou as razões da origem dos precatórios e descobriu que Pirassununga é uma das cidades onde mais se pagam precatórios e cada ano esse número aumenta. Assim, verificou que a prefeitura deveria ter um engenheiro de segurança ou um técnico de segurança com o objetivo de evitar a geração de precatórios. Disse ainda que em janeiro de 2021 conversou com uma pessoa que fez um estudo de todos os precatórios e que colocou todos os pontos importantes que devem ser combatidos. O estudo ficou registrado em um documento que a Vereadora tem a posse. A Vereadora disse que tudo tem que ser analisado e sugeriu analisar a demissão de funcionários que estão aposentados para realizar contratação de um número maior de servidores, pois um servidor aposentado pelo valor que recebe poderia gerar a contratação de mais

de um servidor. Ratificou a importância de vislumbrar saídas para a crise dos precatórios e para alocação e contratação de recursos humanos. Falou que as mulheres têm na atualidade a responsabilidade de sustentar a casa e a família, por isso é de suma importância a existência e o funcionamento das creches. O fato do poder público não ofertar vagas para creches pode gerar no futuro, muitos precatórios, pois é uma obrigação constitucional e obrigação da Prefeitura, assim cada ação tomada pela Administração deve ser minuciosamente analisada. Dessa forma, a Prefeitura deve continuar fazendo aquilo que é sua obrigação, mas deve procurar melhorar com novas idéias e sugestões, procurando enxergar de que forma as partes estão interligadas para formar uma visão do todo. A Chefe da Seção de Contabilidade disse que protocolou um pedido para reduzir as ações na justiça que se transformam em precatórios. Disse ainda que o que mais endivida o nosso Município são os precatórios, disse que é difícil prever as situações que podem virar precatórios e que a cada ano ela é obrigada a reservar cerca de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) no orçamento. Disse que o gasto com precatórios consome a receita própria de fonte 01 (um) do Município e por isso outras ações como a construção e implementação de novas creches e o investimento no funcionamento de novos postos de saúde não é possível. Atualmente, a situação do Município é dependente das transferências de recursos da União e dos Estados, os dados orçamentários são fictícios, pois não se pode prever o futuro com a pandemia do covid 19. O Secretário de Finanças elogiou os assuntos que entraram na pauta assim como as sugestões que foram dadas, disse que o Vereador Paulo Rosa foi pontual no tocante a não realizar mais construções, pois o plano de governo do Prefeito contempla investimentos para fazer funcionar o que já existe. O Secretário de Finanças pediu a Vereadora Sandra Vadalá para ajudar com a pesquisa que ela realizou sobre precatórios e pediu para que trabalhe junto a ele com o objetivo de combater o problema com os precatórios. O Secretário falou sobre a importância de incrementar receitas para o Município. Também falou sobre a necessidade de construir creches, mas antes fazer o estudo do impacto da manutenção da creche antes de adquirir convênios. Existe a necessidade de aperfeiçoar de forma a modernizar a máquina pública principalmente com tecnologia. Assim, as benesses geradas aos cidadãos serão muitas. A Vereadora Luciana Batista mencionou a importância de se diminuir as horas extras, disse que ocorrendo economia das horas pode-se investir na compra de um caminhão de lixo. A Chefe da Seção de Contabilidade disse que num período de três anos, as horas extras foram reduzidas, mas, se ainda existem horas gastas sem necessidade esse fato será apurado. O Diretor Financeiro da Câmara relatou que caso haja demissão sem justa causa dos aposentados é preciso calcular o montante indenizatório a ser pago. O Diretor Financeiro da Câmara disse que a Prefeitura precisa verificar a conciliação entre o pagamento do auxílio insalubridade e o que é informado em GEFIP, assim como verificar pagamentos correntes, pois o pagamento irregular do auxílio insalubridade gera multa e precatórios. O Secretário da Agricultura, Júlio Juliano Balducci reforçou sobre a importância de se fazer um Plano de Demissão Voluntária. O Assessor do Meio Ambiente Leonardo Flink Maialle discorreu sobre a existência de muitos TACS, ou seja, compromissos assumidos com ministério público que exige a utilização obrigatória dos recursos municipais. Um dos TACS é sobre a construção da Escola Ambiental, dentro do Horto Municipal com muitas construções que farão parte da Escola e dentro do próprio Horto, assim o Secretário disse que deverá ser incluso no orçamento a somatória do valor de todas essas obras. O Secretário de Finanças falou sobre a importância dos demais Secretários comunicarem a existência de outros TACS. Luiz Carlos Montagnero Filho disse ainda que TAC é o resultado de má gestão, alguém terá que pagar a conta. Mara Lúcia Longo pediu que os Secretários passem para ela os valores reais das obras, pois conforme as novas regras do Tribunal de Contas se estabeleceu o valor real da obra, assim, se o valor da construção de uma creche custar R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverá constar no orçamento a construção da creche por esse valor. Os Secretários deverão informar também a origem do recurso, ou seja, as despesas deverão ser informadas de forma vinculada a sua secretaria com a respectiva dotação da pasta. Também deverá ser indicada a receita que financiará a obra, assim como contrapartidas de fonte 01 (um) recursos municipais. Deverá ser mostrada a origem do recurso, se Federal ou Estadual. A Vereadora Sandra Vadalá disse que está tentando aprovar um projeto para contratações temporárias para as creches municipais, pois no entendimento

dela, creche é prioridade, assim o projeto de lei será votado em regime de urgência. O Secretário de Finanças disse que um dos planos de governo do Prefeito é zerar as vagas de creche. Ele disse ainda, que existe solução e que ela está sendo buscada. Após finalizar a reunião ele agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada. E esta ata foi transcrita por mim, Vanessa Hernandes Martins, no Cargo de Contadora do Município, lavrada nesta presente ata, que vai assinada pelos signatários abaixo identificados:



LUIZ CARLOS MONTAGNERO FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS



VANESSA HERNANDES MARTINS
CONTADORA DO MUNICÍPIO